



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ATA Nº 14

**SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015**

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, António José Valpaços Magalhães, António da Silva Sá Casal, Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Felisberto Ribeiro Almeida, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira, Ivo Daniel Moreira Capas, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Rodrigues de Sousa, José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, Nuno Miguel Peixoto da Silva, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Manuel Lourido Nóvoa e Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia. Por inerência estiveram presentes: Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Humberto Ramos Sousa, em representação de Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo), José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e Alberto Pinto Silva, em substituição de José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). -----
----- Verificou-se a ausência da Senhora Deputada Carlota Ferreira Brás César Teixeira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2015 (6ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - Período de Antes da Ordem do Dia

B - Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (08.09.2015).
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
 - a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2016;
 - b) Lançamento de Derrama para o ano de 2016;
 - c) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor para 2016;
 - d) Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2016;
 - e) "Orçamento e Grandes Opções do Plano Municipais para o ano de 2016";
 - f) Transportes Escolares – Adenda ao contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas;
 - g) Prestação de serviços de Revisão Oficial de Contas;
 - h) Abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes (Chefes de Divisão);
 - i) Terrenos – Retificação das áreas das parcelas de terreno, sitas na Rua Poeta Ary dos Santos e na Rua Poeta Adriano Correia de Oliveira, em Fânzeres, da Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova.
3. Proposta de Recomendação referente ao Parque Urbano de Rio Tinto – Apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.
4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro e outubro de 2015).

C - Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Anibal Jaime Gomes Lira)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- CARMINA LOPES (PS) – Leu e entregou documento, sobre a “Tomada de posse do XXI Governo Constitucional”, que adiante segue. -----

----- ERMELINDA FERREIRA (CDU) – Leu e apresentou documento, sobre as 35 horas, que adiante segue. -----

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e apresentou voto de pesar pelas vítimas do atentado de 13 de novembro em Paris, que adiante segue. -----



Doc. - N.º 1
Atuação
elabor
entre
7 PSD
2 CDs

Moção

Tomada de posse do XXI Governo Constitucional

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Senhores Deputados Municipais,

No dia de ontem, 26 de novembro, teve lugar a tomada de posse do XXI Governo Constitucional.

A presente solução governamental resulta de um compromisso político claramente maioritário no universo parlamentar resultante das últimas eleições legislativas, compromisso esse que pretende traçar um caminho diferente do da austeridade, pensando no crescimento económico, na criação de emprego e na concretização de políticas promotoras de mais igualdade.

Sai fortalecido o pluralismo e a diversidade de alternativas políticas, crescendo com isso a nossa democracia, atingindo-se a estabilidade através do diálogo, no inteiro respeito pela Constituição da República Portuguesa.

A austeridade deixará de ser um objetivo em si mesma, sem descurar o superior interesse do equilíbrio das finanças públicas, na redução do défice orçamental e da dívida pública. Por outro lado, o que não é menos importante, é necessário repor a Ciência, a Educação e a Cultura, nos lugares cimeiros a que têm direito.

O Município de Gondomar deve sentir-se honrado com a inclusão de uma Gondomarense no XXI Governo Constitucional, a Dra. Célia Ramos, Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

Assim:

A Assembleia Municipal, reunida a 27 de novembro de 2015, delibera,

- a) Manifestar-se solidária com o XXI Governo Constitucional, declarando um voto de confiança à presente solução de governo;
- b) Manifestar o seu regozijo pela nomeação da Dra. Célia Ramos como Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, a quem expressa as melhores felicitações.

Partido Socialista
Paulina Cruz de Araújo

Devem ser remetidas cópias da presente moção ao Senhor Primeiro-Ministro e à Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

Intervenção sobre a aplicação das 35 horas semanais

A decisão do Acórdão do Tribunal Constitucional, com a qual nos congratulamos, vem reafirmar o que a CDU sempre defendeu, defende e valoriza, a Autonomia do Poder Local Democrático.

O Acórdão nº 494/2015 decidiu que, a negociação e assinatura dos acórdãos negociados com as associações representativas dos trabalhadores não necessitam da assinatura do membro do governo.

Depois desta decisão, e com toda a legitimidade, o Sr. Presidente da Câmara decidiu anunciar publicamente a aplicação das 35h semanais a partir de Janeiro de 2016.

Então e para quando a negociação e a assinatura do ACEP com as associações representativas dos trabalhadores?

Se esta negociação já está a decorrer, em que ponto se encontra?

Perguntamos também se o Sr. Presidente tenciona assinar o ACEP com o horário das 35h sem a aplicação da adaptabilidade e banco de horas, a exemplo de várias Câmaras Municipais.

Os trabalhadores esperam e merecem tal medida, é um direito que lhes foi roubado injustamente. Como já o dissemos, com os trabalhadores motivados, ganhamos todos!

Gondomar, 27 de Novembro de 2015

Pelo Grupo Municipal da CDU,
Ermelinda Ferreira

Ex Sr Presidente da Assembleia Municipal

Doc. 5

O terrorismo é uma ameaça que atormenta, países população de todo o mundo.

O grupo parlamentar do partido socialista nesta assembleia, presta um sentido de voto de pesar pelas vítimas dos acontecimentos em 13 de novembro em PARIS

O grupo parlamentar do partido Socialista

afirmação
em unânime

Assunto: Terrorismo
Assinatura: João Elch

Assinatura: [illegible]

John...

Assinatura: [illegible]

A. Pinto

Assinatura: [illegible]

Assinatura: [illegible]

Assinatura: [illegible]

(



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI NÓVOA (BE) – Quero felicitar pelo melhoramento das condições de trabalho da Assembleia e aproveitava para fazer uma sugestão, que a mesa onde são dirigidos os trabalhos fosse alteada um pouco, para que pudessem ter uma visão diferente da sala. -----

----- Leu e entregou dois documentos, uma moção sobre a “Remoção e tratamento dos resíduos perigosos ainda existentes nas escombreyras das antigas minas de S. Pedro da Cova” e uma recomendação, sobre “Fim da violência contra as mulheres”, que adiante seguem. -----

*apresentado
na sessão* PAOD
Jac. B

Moção

Como é sabido, durante mais de um ano, a partir de Maio de 2001, foram depositados nas antigas minas de S. Pedro da Cova milhares de toneladas de resíduos perigosos provenientes da ex Siderurgia Nacional.

O empenhamento da população, de autarcas como o presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova, de forças políticas e associações defensoras do ambiente, levou a CCDR-Norte a desencadear em 2010 um processo de quantificação e caracterização dos resíduos, trabalho que foi desenvolvido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Concluída a avaliação em 2011, confirmou-se a gravidade da situação, um verdadeiro crime ambiental, com implicações na saúde pública. A quantidade de resíduos de elevada perigosidade foi calculada em 88 mil toneladas.

Após a remoção de mais de 105.000 toneladas para o centro integrado de resíduos perigosos na Chamusca, que mobilizou mais de 4.000 camiões, constatou-se que afinal existiam resíduos perigosos em quantidade muito superior à estimada pelo LNEC.

Tendo em conta a perigosidade dos resíduos e o tempo já decorrido, é absolutamente necessário e urgente proceder à remoção e tratamento dos resíduos sobrantes.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em 27 de Novembro de 2015, em defesa da saúde pública, DELIBERA:

- Insistir junto das entidades oficiais competentes na necessidade de dar seguimento aos trabalhos de remoção e tratamento dos resíduos perigosos ainda existentes nas escombreciras das antigas minas de S. Pedro da Cova;
- Que seja feita a monitorização ambiental e piezométrica das águas subterrâneas na área envolvente do depósito de resíduos, bem como as recomendações constantes do relatório do LNEC.

O deputado municipal do BE
Rui Nóvoa
Rui Nóvoa



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

*apresentado
municipal PAOD*
Dr. Rui N

RECOMENDAÇÃO

Pelo fim da violência contra as mulheres

25 de Novembro é o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. Assim foi designado pela Assembleia-geral das Nações Unidas em 1999.

A violência doméstica é um dos crimes com maior número de participações em todo o país: em 2014, as ocorrências foram 27.317 segundo o Relatório Anual de Monitorização do MAI. E isto, apesar de estarem em marcha, entre outras iniciativas, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Os dados mais recentes do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) da PSP do Porto (que abrange o concelho de Gondomar) indicam um agravamento da situação, já que nos primeiros nove meses do ano de 2015 o número de crimes participados, quase 1.800, ultrapassou todo o ano de 2014, em que foram registados 1.740 crimes de violência doméstica.

Não nos podemos resignar com esta situação. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de cidadania, um problema de direitos humanos de que os municípios não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em 27 de Novembro de 2015, tendo em conta os mais de 50 casos registados nos primeiros meses deste ano, RECOMENDA ao Executivo:

- que dê uma maior atenção a esta matéria e implemente, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, um plano de combate eficaz à violência doméstica e de género

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Rui N

Rui Nóvoa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) – Para agradecer, na pessoa do Senhor Presidente, o facto de se terem preocupado e arranjado forma de as nossas condições de trabalho terem melhorado. -

----- ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD) – No início deste mandato, chamei aqui a atenção para as águas negras que caem a céu aberto na Várzea, em Fânzeres e até hoje, não vi que se fizesse fosse o que fosse em relação a isso, estamos a meio do mandato e hoje vim aqui para lembrar. ---

----- JOANA RESENDE (PS) – Leu e entregou documento, sobre o “Plano Diretor Municipal de Gondomar”, que adiante segue. -----



GRUPO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exma. Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores

Caros Senhores Deputados e Presidentes de Junta

Caros Cidadãos,

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se pela publicação do novo Plano Diretor Municipal de Gondomar em Diário da República, no passado dia 9 de Novembro.

O antigo PDM do nosso município entrou em vigor em 1995, significando que deveria ter sido revisto em 2005.

Como na maioria dos assuntos, a vontade política do anterior executivo foi nula e resultou que durante o seu mandato o assunto foi esquecido.

Antes ainda de completar dois anos de mandato, este executivo vem mostrar a distância que o separa do seu antecessor. Quer no que diz respeito à celeridade dada aos documentos estratégicos, quer na eficácia com que os trata.

O documento de 1995 esteve em vigor durante duas décadas, sem se ter procedido a qualquer tipo de revisão neste período. Era por isso imperativo adequar o PDM à nova realidade socioeconómica, ambiental, demográfica e cultural de Gondomar, para de futuro se proceder em consciência, à reapreciação das opções estratégicas, do modelo territorial e do regime de salvaguarda e valorização dos recursos existentes.

O PDM de um concelho é, por definição, o instrumento que estabelece *"a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas. Integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal. É um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de*



GRUPO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de ação territorial”.

Dos documentos técnicos que compõem o PDM, constam propostas políticas fundamentais ao desenvolvimento para o Concelho. Neles estão refletidas a distribuição Concelhia das atividades económicas que nele se desenvolvem, as carências habitacionais, a rede de equipamentos (de educação, saúde, apoio social) as redes de infraestruturas (água, esgotos, eletricidade, gás) as redes de transporte e comunicação, entre outros.

Em suma, é o ponto de partida primordial para o desenvolvimento municipal.

Mais uma vez, um processo de extrema importância para o concelho, tratado com responsabilidade, transparência e participação coletiva.

Gondomar, 27 de Novembro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar Socialista
Joana D. Baldaia de Resende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI CORREIA, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – O que me traz aqui hoje, é para agradecer ao Senhor Presidente de Câmara que a requalificação da Cavada do Inácio, é uma obra já reclamada pelos moradores daquela rua há vinte e três anos, devido ao problema de escoamento de águas, que de inverno se tornava intransitável, Vim cá agradecer e dizer a todos os presentes que são estas pequenas requalificações que as pessoas agradecem e infelizmente vejo aqui muitos deputados que não valorizam estas pequenas obras que o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a fazer. Também gostava de deixar aqui uma nota, relativamente à fossa do Conjunto Habitacional da Lomba, sei que já houve trabalhos na substituição da fossa, gostaria que essa obra não ficasse esquecida e que o assunto fosse resolvido o mais rápido possível. -----

----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: -----

----- MOÇÃO DO PS, sobre a “Tomada de posse do XXI Governo Constitucional”, -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 9 votos contra (7 PSD + 2 CDS-PP). -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD foi apresentada declaração de voto, que adiante segue. ---

Declaração de Voto

Moção – Tomada de posse do XXI Governo Constitucional (PS)

Apesar de legal, o atual governo é politicamente **ILEGÍTIMO!**

No seguimento da moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, sobre a tomada de posse do XXI Governo, na Assembleia Municipal de Gondomar a 27 de novembro de 2015, apresento a minha declaração de voto CONTRA.

Começo pelo simples facto que só a apresentação, *per si*, da moção pedindo solidariedade e um voto de confiança é reveladora da forma como foi conseguida esta ascensão ao poder. Um governo eleito pelo escrutínio do povo, não precisa de moções de confiança, porque esta já foi retratada pelo voto do POVO.

E o nosso POVO, sabe quem elegeu para Primeiro-Ministro. O nosso sistema eleitoral é positivo, as pessoas vão votar em quem querem no poder e não o contrário, como tanto querem passar. Os deputados são eleitos pela população de forma positiva, neste sentido, a argumentação "negativa" que todos os votos que não foram para um partido são contra esse partido é mero ilusionismo político. Se assim fosse, 67,69% dos votos foram contra o PS, 89,81% contra o BE e 91,75% contra o PCP/CDU.

Para além disso, e apesar de não ser o que está na constituição, a população vai votar tendo em conta o cabeça de lista de todos os partidos, sabendo que é nele que estão a votar para Primeiro-Ministro. Se assim não fosse, o PS nas diretas não apresentava o Costa como candidato a PM, os debates nas TV's e Rádios não eram entre candidatos a PM, as apresentações nas campanhas dos diferentes partidos não eram para candidatos a PM, etc. Está subentendido que o sistema é direto, e que estamos a votar no candidato a PM e não em partidos que só depois das eleições irão escolher o PM.

Como se não bastasse, a moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, fala num caminho diferente do atual governo, caminho que procure o crescimento económico e criação de emprego. No sentido de corrigir essa "inverdade" passo a esclarecer que, mesmo depois de tudo que foi preciso fazer para corrigir algo provocado por outros:

- Portugal está em crescimento desde 2014;
- Taxa de emprego a crescer desde 2013;

Escrevo aqui para memória futura que o atual governo é constituído pelos 4 partidos da *coligação negativa* e que nenhum poderá fugir, no futuro, às suas responsabilidades – PS; BE; PCP; PEV. Recordo igualmente as 3 principais prioridades do PCP, aquando do debate do Programa do XX Governo Constitucional, 1ª derrotar o PSD, 2ª derrotar o PSD, 3ª derrotar o PSD. Portugal e os Portugueses não fazem parte dessas prioridades.

Termino reforçando o meu sentido de voto CONTRA e recordando que **Apesar de legal, o atual governo é politicamente ILEGÍTIMO!**

O deputado municipal do PSD

João Pedro Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- DOCUMENTOS DO PSD E CDS-PP, E DO GRUPO MUNICIPAL DO PS, em memória das vítimas dos atentados em Paris no dia 13 de novembro, que adiante segue. -----

Gouv. Maranhão, 27. Novembro. 2015

aproveitando
esta oportunidade
etc. 2

Os Grupos Parlamentares do PSD e CDG-PP
vem manifestar o seu pesar pelos acontecimentos
sangrentos e trágicos ocorridos em Paris
pelo que pedem que esta Assembleia aprove
um voto de pesar e um minuto de silêncio,
em memória das vítimas.

pel Grupos Parlamentares do PSD

Assinatura:

pel Grupos Parlamentares do CDG-PP

Assinatura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Sugeriu juntar os dois documentos e votar os dois. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovados por unanimidade. -----

----- Seguidamente foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas, de acordo com o proposto no documento apresentado pelos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP. -----

----- MOÇÃO DO BE, sobre a “Remoção e tratamento dos resíduos perigosos ainda existentes nas antigas minas de S. Pedro da Cova”. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre “Pelo fim da violência contra as mulheres”. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – As minhas desculpas pelo atraso, estive a acompanhar o resto da visita da comitiva que veio avaliar a candidatura de Gondomar a Capital Europeia do Desporto para dois mil e dezassete e dizer aos Senhores Deputados que estamos a trabalhar no bom caminho e será na história recente a primeira vez que há duas candidaturas em simultâneo, Gondomar está a concorrer com Coimbra. -----

----- A questão que a CDU colocou das 35 horas semanais, é público, foi assumido já pelo executivo, irão a reunião de Câmara os acordos coletivos de trabalho para serem assinados com os sindicatos que o quiseram fazer e também como forma de compensação incluiremos o dia de aniversário de cada colaborador como um dia de férias suplementar e também ficará no acordo. Aquilo que já é usado na prática pela Câmara, que é o banco de horas, ficará formalizado, até porque a própria lei o prevê. O Senhor Sá Casal colocou aqui a questão da Várzea, estamos a acompanhar, há um problema de ligações internas abusivas que estão a ser detetadas, o trabalho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

de inspeção já está a ser feito. Quanto a S. Pedro da Cova e aos resíduos, é verdade que continua a haver uma preocupação muito grande, o Senhor Presidente da Junta esteve numa reunião comigo e com a CCDR e o Chefe de Gabinete do então Secretário de Estado e o Senhor Vereador e foram feitos um conjunto de estudos, para avaliar e quantificar a tonelagem dos resíduos que lá estão. Já temos novo governo, já falei com o novo Ministro do Ambiente que é conhecedor da matéria e espero que a situação se resolva. O Senhor Presidente da Junta da Lomba, falou de facto na Rua da Cavada do Inácio que está já em execução, também já está concluída a reabilitação de acesso à praia. Quanto à questão da fossa do conjunto habitacional, está já feito o levantamento, já está orçamentado, estamos à espera de verba para poder concluir aquilo, que é um problema que existe desde que o bairro foi construído e vamos lá criar uma horta biológica, para que aquela comunidade possa usufruir da situação. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (08.09.2015).** -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovada por unanimidade. O Senhor Deputado João Pedro Sousa e o Senhor Humberto Ramos Sousa, em substituição do Senhor Presidente da Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova, não votaram por não terem estado presentes na sessão (nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo). -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:** -----

----- **a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2016;** -----

----- **IDALINA PEREIRA (PSD) –** Leu documento, não entregue. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI NÓVOA (BE) – Considero positiva a elaboração da listagem dos prédios sujeitos a agravamento de taxa de IMI, no entanto, sugeria ao executivo que seja reforçado o número de prédios devolutos, degradados ou em ruínas, para que dessa forma possa permitir o aumento desta receita municipal, permitindo por esta via diminuir ao IMI a pagar pela generalidade dos munícipes. Penso que o número apresentado é um sinal positivo, mas há muitas mais casas além dessas. Tive conhecimento de que a moção que trazia aqui, sobre a taxa do direito de passagem, segundo fui informado pelo Senhor Presidente, no ano de dois mil e dezasseis vai passar a ser cobrado diretamente pelas empresas, a ser assim retiro a moção. -----

----- MARGARIDA (CDS-PP) – Leu e entregou uma recomendação, que adiante segue. -----

----- JOANA RESENDE (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----



**TAXA DE IMI PARA 2016
(Ponto 2.a) da Ordem de Trabalhos)**

O CDS/PP de Gondomar continua a entender o IMI como um imposto absolutamente inusitado, arcaico e injusto, pois não deixa de representar um enorme custo acrescido àqueles já quotidianamente sentidos pelos munícipes gondomarenses, pelo simples facto de serem proprietários do espaço onde residem .

Apesar deste prévio pressuposto a verdade é que a lei atribui ao IMI um papel fulcral no âmbito do financiamento municipal, fazendo com que as respetivas receitas tenham vindo a ser sustentáculo essencial da intervenção do município junto da comunidade local.

Ora, neste pressuposto, considerando o intervalo legal da taxa aplicável bem como o atual contexto socioeconómico do país, entendemos como razoáveis os valores das taxas propostas apesar de desconhecermos, designadamente, os critérios adotados para o agravamento particular da taxa a aplicar a determinados imóveis.

Contudo e no seguimento da preocupação nacional referente à baixa taxa de natalidade e, por tal motivo, da necessidade de implementação de incentivos efetivos a um crescimento de tal taxa, defendemos a adoção do chamado IMI familiar o qual, juntamente com a interligação de outros benefícios municipais, podem contribuir para a alteração do paradigma existente e que tem colocado o país numa preocupante rota de envelhecimento etário.

A presente proposta da atual maioria municipal desconsidera, em absoluto, tal necessidade de incentivo que convictamente defendemos, não fazendo qualquer previsão relativa, pelo que em função da dita desconsideração e independentemente da razoabilidade das taxas propostas, o CDS/PP se irá abster na votação que se seguirá.

O Grupo Municipal do CDS/PP


Margarida Oliveira Silva


Pedro Moura de Oliveira



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exma. Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores

Caros Senhores Deputados e Presidentes de Junta

Caros Cidadãos,

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se mais uma vez pelas taxas de IMI praticadas no nosso concelho, e não aceitamos as críticas levianas que se levantam, e que não têm em consideração o sacrifício das receitas municipais em prol de uma medida com enorme impacto social.

Relembramos aos mais desatentos que, em primeiro lugar, Gondomar é o único concelho do país que pratica taxas diferenciadas nos prédios urbanos, porque é sensível às particularidades do território e é justo que os imóveis que ainda carecem de infraestruturas sofram de uma discriminação positiva.

A taxa mínima, (repito) **a taxa mínima de 0,3%** praticada na União de Freguesias da Foz do Sousa e Covelo, na União de Freguesias de Melres e Medas, e na Freguesia da Lomba, ajuda uma população mais carente naquilo que é a urbanidade, e em contrapartida é atrativa para quem pretende investir nestes locais. É justo ao nível social e territorial, como é também estímulo e incentivo para o aumento de população no alto do Concelho.

Em segundo lugar, e porque nos parece que há quem esteja desatento ao relevo desta medida, reiteramos que a redução já em 2014, de 30% a 40% face à taxa máxima prevista no Código do IMI, e **aplicada neste concelho até 2013**, representou um esforço enorme de tesouraria a este executivo.

A Câmara perdeu em receita 6,7 milhões de euros, (repito) **6,7 milhões de euros**.

Face aos resultados financeiros herdados do anterior executivo, esta era uma receita que muito ajudava na execução dos planos de investimento que existem para aplicar. Mas mesmo assim, a Câmara não abdicou deste mecanismo de justiça social num momento nacional tão sensível, e que representa em média 250 a 300€ de poupança anual para as famílias.



GRUPO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Por fim, não podemos ignorar as críticas face à decisão deste município em não aderir ao "IMI Familiar". Uma medida social criada pelo anterior Governo de Coligação, **que pondo em causa o princípio base da Lei da Autonomia das Finanças Locais**, serviu de bandeira ao suposto incentivo à natalidade e à justiça social.

Estamos efetivamente num momento nacional em que a nossa população tende a ser cada vez mais envelhecida. É efectivamente importante o incentivo à natalidade, mas é fundamental face às condições precárias de muitos dos nossos idosos, **criar medidas que assistam quem não tem a dignidade básica e aqueles que ajudam e sustentam os seus.**

Uma verdadeira medida social permitiria um desconto à taxa de IMI, não só a quem tem descendentes a seu cargo, como também a quem acolhe, trata e sustenta os seus ascendentes.

A hipocrisia tem limites! E se o antigo Governo quisesse efetivamente promover medidas reais de incentivo social, teria aliviado a carga fiscal de TODOS os portugueses, e devolveria os cortes dos salários e das pensões. Não o fez. Serviu-se dos municípios e às suas custas promoveu um desconto no IMI que em equidade, deixa de fora muitos portugueses.

Era este o Governo que tínhamos... Mas em Gondomar, pratica-se justiça real, e não às custas do prejuízo dos cidadãos.

Gondomar, 27de Novembro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar Socialista
Joana D. Baldaia de Resende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Queria lembrar que esta proposta de taxa para o IMI corresponde exatamente aquela que constava no programa eleitoral do Partido Socialista, que implica uma redução de 30% sobre a taxa máxima urbana e 40% sobre a taxa máxima no Alto do Concelho e que essa redução, que fazemos porque queremos, implica uma quebra de 6,7 milhões de euros na receita da Câmara e por consequência de 67 mil euros nas receitas das Juntas, mas fazemos porque queremos e prometemos e porque queremos cumprir e decidimos propor e aprovar o agravamento do IMI de 30% para os prédios devolutos e que esse agravamento representa naquilo que vai ser para dois mil e dezasseis, 7 400 euros de receita, é uma medida pedagógica para promover a regressão urbana e ficam a saber que para o próximo ano, aqueles imóveis que forem reincidentes não terão 30% de agravamento, mas sim, o máximo que a lei prevê que é o dobro. Só dizer mais uma vez à bancada do PSD, à Senhora Deputada Idalina, que gosto de ter a preocupação, de facto, com as famílias, mas durante vinte anos que cá estiveram nunca fizeram uma proposta de redução de taxa, nem para todos, nem para alguns, e dizer que ao contrário daquilo que diz, a redução do IMI familiar, que na minha opinião não é justa, nem correta, não é cumulativa com a redução da taxa. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 7 votos contra (PSD) e 3 abstenções (2 CDS-PP + 1 PSD). -----

----- **b) Lançamento de Derrama para o ano de 2016;** -----

----- EUGÉNIA FARIA (CDU) – Leu e entregou uma proposta, que adiante segue. -----

Apesar da proposta da Câmara Municipal ir de encontro às posições e propostas que a CDU apresentou em anos anteriores relativamente à derrama sobre o lucro tributável em sede de IRC., o que devidamente destacamos e valorizamos, continuamos a considerar que dadas as características do tecido empresarial de Gondomar e dada a importância que as micro e pequenas e médias empresas do nosso concelho assumem na produção de riqueza e na manutenção e criação do emprego seria necessário beneficiar as empresas que contribuíssem para a criação de postos de trabalho.

Assim, nos termos da aliena f), do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,

PROPOMOS:

Que esta Assembleia Municipal altere a proposta apresentada pela Câmara Municipal e, como estímulo à actividade e à criação de emprego, delibere:

1. As taxas de derrama aplicáveis serão reduzidas em 50% para as empresas que demonstrem ter criado postos de trabalho líquidos (n.º de trabalhadores no final do ano superior ao n.º trabalhadores no início do ano) no exercício a que se refere o IRC.

Gondomar, 27 de Novembro de 2015

Os eleitos da CDU,

António Silva
António Silva
Gracinda Ferreira
Luis Capos
Alfonsinho de Jesus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI NÓVOA (BE) – Estou de acordo com a proposta, mas aproveito para sugerir que no próximo orçamento seja prevista a isenção da derrama para as empresas que se instalem no Concelho e garantam pelo menos cinco novos postos de trabalho permanentes, já que esta é uma possibilidade que a lei das finanças locais permite. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Aquilo que os Senhores Deputados aqui propõem está já aprovado pelo executivo, já teve discussão pública e virá à próxima Assembleia para aprovar, que é mais uma vez um compromisso eleitoral que o Partido Socialista fez, onde diz que por cada cinco postos de trabalho criados, todas as taxas municipais terão uma redução de 10% no ano seguinte e diz para os investidores, que a taxas de licenciamento e urbanização, terão uma redução de 10% também por cada cinco postos de trabalho criados, num horizonte de cinco anos, é essa forma que temos de compensar e ainda mais sobre a Derrama, que como sabem varia pelo valor tributável, daí haver interesse de as empresas se fixarem e criarem emprego. -----

----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA: Aprovada por unanimidade. -----

----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CDU: Rejeitada, com 22 votos contra (PS) e 15 votos a favor. -----

----- **c) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor para 2016;** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 5 votos contra (CDU) e 1 abstenção (BE). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada declaração de voto. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os eleitos da CDU votaram contra a proposta da Câmara Municipal sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2016, porque:

1. A TMDP é suportada directa e integralmente pelos utentes dos serviços de telecomunicações, quando deveria ser um custo operacional dos operadores em contrapartida da utilização privada e lucrativa do espaço público.
2. A TMDP não tem qualquer relação com a extensão e intensidade dessa utilização privada do espaço público, o que conduz a uma injusta e injustificada concentração de receita nos Municípios das Áreas Metropolitanas em detrimento do resto do País.
3. A fórmula encontrada pelo legislador para a compensação dos Municípios através da TMDP relativa aos serviços de telecomunicações não tem paralelo com outros serviços públicos essenciais, cujas redes também estão implantadas nos domínios público e privado municipal.

Gondomar, 27 de Novembro de 2015

Pelo Grupo Municipal da CDU,
António Valpaços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- d) Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2016; -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 5 votos contra (PSD) e 3 abstenções (2 CDS-PP + 1 PSD). -----

----- e) “Orçamento e Grandes Opções do Plano Municipais para o ano de 2016”; -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Como os Senhores Deputados terão reparado tem um acréscimo de valor significativo, passa de 68 milhões de euros para 78 milhões de euros, que se deve à previsão de receita proveniente de fundos comunitários e provenientes do projeto comunitário “Programa Portugal 2020”. Até à data nenhum aviso de abertura ocorreu, mas a verdade é que há vontade de avançar e é por isso que há muitas linhas inscritas de despesa sem dotação, só com a rúbrica aberta, porque correspondem ao conjunto de ações que o município tem de intervir, não sabendo se vão abrir esse avisos, tivemos que optar por incluir essas rúbricas, para o executivo poder rapidamente concorrer. Tem obras nas freguesias e gostaria que soubessem que foram negociadas com cada Junta de Freguesia e em cada freguesia as propostas que aparecem com verba já para a execução, são as que foram hierarquizadas de comum acordo entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Outra característica, de prever pela primeira vez, uma reserva de valor de 5% da expectativa do que serão as necessidades reais para previsão de riscos e encargos de 2 milhões de euros, é obrigatório, é de lei. Lembro um antigo deputado desta Assembleia António Brás, que durante anos falou disso e pela primeira vez o município de Gondomar prevê no seu orçamento uma previsão de 1,2 milhões de euros para riscos e encargos mas também continuamos com um grande ónus, temos menos 6,7 milhões de euros a menos de receita de IMI do que aquela que poderíamos ter por livre vontade e corresponde aquilo que é a dívida, que corresponde a cerca de 6,8 milhões de euros que é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

grande fatia do orçamento. Por outro lado continua a haver grandes projetos naquilo que são as Opções do Plano que são nomeadamente, a questão da continuidade da recuperação do parque ambiental do município, já está em curso uma intervenção de fundo no Monte Crasto, para o ano queremos fazer uma intervenção na Gandra e S. Pedro da Cova, queremos concluir a intervenção que ficou parada em Rio Tinto e recuperar uma parte do Monte em Valbom. Também estão abertas rúbricas para fazer quatro parques urbanos que gostaríamos de ver implantados em Gondomar, o Parque Urbano do Centro Cívico de Rio Tinto, o de Fânzeres, na Avenida da Conduta, o do Monte de Crasto, em S. Cosme e o da Archeira em Valbom e S. Cosme. São estas as linhas do orçamento, que continuam a ficar muito balizadas por aquilo que a legislação impõe, nomeadamente quanto à limitação de contratação de recursos humanos e apesar de ter havido colaboradores que se vão aposentando, a atual legislação não permite que a Câmara contrate nenhum colaborador devido aos rácios que já ultrapassa. A verdade é que com todas estas dificuldades é o orçamento que está de acordo com a lei programática e o plano estratégico para o programa “Portugal 2020” e com o que é o programa eleitoral. Também queria dar nota que tivemos o cuidado de pedir sugestões aos partidos políticos da oposição e dizer que todas as propostas que a CDU fez para o Plano de Atividades, já estavam lá contemplados e também dizer não foi possível analisar a proposta do PSD, porque para além de ter chegado fora do prazo, tinha duas linhas, que dizia o seguinte “propomos tudo aquilo que propusemos em dois mil e catorze, menos o que já está feito”, tenho dito. -----

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar

Elogio o Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2016, por corresponder aos desejos da população de Gondomar.

Sublinho ainda o facto deste Executivo ter cumprido com o programa eleitoral proposto.

Como é de conhecimento geral, vivemos o "apertar do cinto", com verbas reduzidas que dificultam os trabalhos, no entanto, ainda assim, fomos presenteamos com o crescimento do associativismo, novas vias de comunicação, campos desportivos, praias, reorganização do território municipal com o PDM, escolas, apoio social, entre outros.

Aplaudimos a iniciativa de descentralização das reuniões camarárias pelas freguesias do nosso Município. Tal atitude demonstra o vosso empenho em ouvir e estar mais próximo das pessoas.

Acreditamos que com as alterações ao PDM estão criadas condições para os empresários canalizarem os seus investimentos neste município de Gondomar.

Seria ainda importante criar benefícios para a aquisição de terrenos pelos empresários, com a contrapartida de garantir empregabilidade aos munícipes.

Os fundos comunitários provenientes do programa Portugal 2020 também devem aproveitados, otimizados e orientados para projetos pertinentes para o Concelho, tais como, projectos ambientais. Por exemplo, na despoluição dos rios do Vale do Sousa.

A ETAR do Carvalhal intimida o município. A água não tem tratamento e é largada de madrugada por causa dos maus cheiros.

As levadas dos Rios devem ser lavadas a sério. A queda da água purifica, transporta oxigénio e fortalece a flora aquária. Há sinais negativos no que diz respeito à desova dos peixes.

Os protocolos com as Juntas de Freguesia vieram dinamizar e revolucionar o poder local e responsabilizando os eleitos pelo seu trabalho.

Muito mudou no que diz respeito ao bem-estar das pessoas.

Apesar da herança pesada do Executivo anterior, este Executivo, que está a meio do seu mandato, está a desenvolver grandes esforços no sentido de ser cumprido o programa eleitoral com o qual se comprometeu.

Os gondomarenses saberão confirmar o vosso bom trabalho em prol de um Município em expansão e reconhecido em toda a área metropolitana.

Reconhecemos ainda o esforço que se está a fazer junto do poder central para a ampliação da linha do metro no nosso município.

Também a segurança das pessoas não pode ser ignorada. Temos um município com muitas pessoas idosas no alto do Concelho e seria de todo pertinente a colocação do posto da GNR numa das freguesias.

Por fim, ao Executivo quero dar os meus parabéns pela iniciativa de apresentar o município de Gondomar a candidato a Cidade Europeia do Desporto 2017. Esta proeza honrará o bom nome de Gondomar para além de fronteiras.

Espero que no próximo ano traga mais esperança aos portugueses. Vamos acreditar!

Manuel António

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel António', written in a cursive style.



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Gondomar

Na apreciação deste Orçamento para 2016, o 1º ponto a salientar é que foi elaborado num quadro político em que o governo PSD/CDS (felizmente agora afastado da governação pelo voto popular) efetuou o maior ataque às autarquias.

Quanto ao financiamento, não foi só a criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que retira milhões de euros aos municípios durante 7 anos. Foi também o anúncio da extinção do IMT e a diminuição das transferências do orçamento do Estado, violando a própria lei das finanças locais.

Também os trabalhadores da administração local, que todos os dias põem as autarquias em funcionamento, foram alvo da vingança da direita contra o poder local.

E é neste enquadramento que este Orçamento é elaborado, com receitas muito abaixo das necessárias para responder às solicitações da população de Gondomar. O investimento previsto está muito aquém da afirmação do concelho de Gondomar.

Como 2º ponto registamos o esforço do Executivo para melhor a forma de apresentação do Orçamento. Insistimos que os números e a sua classificação contabilística são importantes. Mas o decisivo num orçamento autárquico é explicitar quais são as prioridades, as escolhas políticas e as opções de quem dirige a Câmara. E aí não vemos que os compromissos do Executivo municipal com a população de Gondomar estejam claros.

Onde estão as metas, nas mais importantes áreas de intervenção, como o ambiente ou a qualidade de vida ou a resposta social ao empobrecimento a que o governo PSD e o CDS/PP condenou os milhares de residentes em Gondomar?

Que mudanças na situação atual pretende fazer o Executivo? E em que espaço de tempo serão concretizadas?

Um exemplo entre muitos. Hoje todas as cidades da Europa e do mundo estão confrontadas com o problema das alterações climáticas. Na próxima semana, vai decorrer em Paris, agora com acessos condicionados, mais uma reunião das partes envolvidas para tentar encontrar uma resposta mais eficaz às alterações climáticas.

Uma forma concreta que está disponível aos municípios é o compromisso, através do Pacto de Autarcas, de reduzir as emissões de CO2 em 20% até ao ano 2020.

Apesar das repetidas sugestões do Bloco de Esquerda, o Município de Gondomar não faz parte das mais de 6.000 cidades europeias comprometidas no combate às alterações climáticas?

E as 446 vítimas de sinistros rodoviários em 2013 não exigiriam um maior empenhamento do Município, o apontar de metas a alcançar, para reduzir significativamente esta dramática situação?

Na animação cultural, sempre tão necessária para uma cidadania mais ativa, porque não dar mais apoios à rede local de associativismo, para iniciativas mais consistentes, em vez da contratação de grandes vultos do espectáculo?

Por fim, reconhecemos que este Executivo herdou uma pesadíssima herança dos anos de governação de Valentim

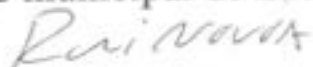
Loureiro. Mas é também por isso que se deve exigir uma ruptura mais profunda com as anteriores políticas.

Não é este ainda o Orçamento que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, responde aos anseios e necessidades da população de Gondomar.

Por isso votaremos CONTRA, esperando que as mudanças, que novas políticas surjam no próximo Orçamento.

Gondomar, 27/11/2015

O deputado municipal do Bloco de Esquerda



Rui Nóvoa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Serei breve, porque breve também foi a análise que a CDU conseguiu fazer do Orçamento e das GOP, já manifestei isso na altura ao Senhor Presidente da Assembleia, manifesto aqui também em nome da CDU nesta Assembleia Municipal. Um documento tão importante como este mereceria outro tempo de discussão, a maior parte dos deputados municipais receberam tanto o orçamento como as GOP esta semana e há sempre contributos importantes, apesar de cumpridos os prazos legais fazemos este apelo para que isto deixe de acontecer. Apesar de ser um orçamento mais claro em algumas questões, o facto de fazer algumas comparações com orçamentos anteriores em tão pouco espaço de tempo é difícil apreciar tão bem o orçamento e nós mantemos a mesma opinião que tínhamos o ano passado, é difícil ver que visão é que a Câmara Municipal tem para o município, quais são as valências mais importantes que quer dar, aí demonstra um pouco de falta de ambição, de perspetiva. Alguns aspetos negativos, por exemplo a nível do turismo, pouco desenvolvimento económico, continuamos a achar um aspeto negativo a proteção ao ambiente, é praticamente suportado com a verba para a recolha dos resíduos sólidos e higiene urbana, entregue a privados. Continuamos a achar insuficiente o apoio dado à cultura e associativismo, continuamos a achar que esta Câmara Municipal gasta muito naquilo que coloca na rubrica como publicidade, mas que é propaganda. Contrariamente ao anterior, registam-se aspetos positivos como o regresso da mostra do artesanato, medidas de mobilidade, que se concretizar o que lá está contemplado, será interessante, há também investimentos consideráveis ao nível da promoção do desporto e por último ao nível da expectativa de projetos de fundos comunitários, que não existiam no anterior orçamento, também é um aspeto positivo. Com muita honestidade, a CDU gostaria de ter hoje um voto que não fosse o voto contra, que foi a posição que assumimos, porque existem aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

alguns aspetos positivos que valorizamos, mas pesando todos os aspetos negativos e a forma como isto continua a ser tratado e temos referido isto na Assembleia Municipal, não pode merecer outro voto da nossa parte. -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) - Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

----- HUMBERTO SOUSA, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Leu e entregou documento (declaração de voto), que adiante segue. -----



ORÇAMENTO E GOP 2016 (Ponto 2.e) da ordem de trabalhos)

O CDS/PP de Gondomar defende que quem ganha as eleições tem o direito de gerir os destinos do Município, desenvolvendo as estratégias consonantes com o programa eleitoral que apresentou, pois foi essa a vontade manifestada pelos cidadãos eleitores com o sentido de voto maioritariamente depositado nas respetivas propostas elencadas, independentemente portanto do facto de concordarmos, ou não, com o sentido de tais propostas.

Por assim ser e uma vez que as GOP e Orçamento são documentos que tendem a assimilar aquelas propostas eleitorais, no sentido de que as mesmas possam ser objetivadas e concretizadas, acabam por assumir uma importância determinante na dinâmica da gestão das diferentes valências da intervenção do município.

É claro que sendo manifestamente outras as prioridades do CDS/PP caso fosse a força partidária com responsabilidades na gestão dos destinos do município, outros seriam inequivocamente os documentos, no referente ao seu conteúdo, que apresentaríamos, pois outra seria também a estratégia e respetiva dinâmica de implementação das transformações que consideramos estruturantes para o concelho.

E nem nos empenhamos então, em elencar de forma concreta as patentes divergências resultantes, porque os documentos apresentados não vêm munidos de qualquer manifestação confirmativa de que exista um rumo, uma filosofia interventiva, em prol de uma verdadeira transformação da atual apatia que o concelho vive. Uma vez mais os documentos propostos correspondem ao mero cumprimento dos requisitos de continuidade, de uma gestão sem alma, sem audácia, sem qualquer visão. São enormes as potencialidades, seja por aquilo que somos intrinsecamente, seja por termos o Porto aqui ao lado. Contudo Gondomar continua avesso a um desenvolvimento sustentado e sustentável, desde logo e designadamente, parecendo manter-se "de costas", para as imensas apetências que em tão amplo percurso, o Douro lhe propicia.

Após uma aferição possível dos documentos em discussão, encontramos-lhes vastas divergências na forma de fazer, no porquê de fazer e naquilo que fazer. Apesar disso, não lhes denotamos incompatibilidades estruturantes que

pudessem inviabilizar o nosso reconhecimento, aquando da sua votação, de que o PS tem o direito de apresentar o seu Orçamento e as suas GOP'S.

Este nunca seria, sem dúvida, o nosso Orçamento. Estas nunca seriam, sem dúvida as nossas GOP'S. Contudo, baseados na legitimidade do PS em os apresentar e considerando todos os senãos acima invocados, o CDS/PP ir-se-á abster na votação que se seguirá.

O Grupo Municipal do CDS/ PP


Margarida Oliveira Silva


Pedro Moura de Oliveira

Grandes Opções de Plano e Orçamento Municipal para 2016

Declaração de Voto

As Grandes Opções de Plano e Orçamento Municipal para 2016 mantêm no essencial as características das GOP's e Orçamento em vigor no presente ano. Continuamos, por isso, a ter opiniões diferentes quanto a investimentos estruturais.

Sabemos, contudo, que os sucessivos cortes às autarquias obstaculizam a uma maior capacidade de investimento, mas também consideramos que muitas outras opções políticas poderiam ser tomadas.

Ainda assim, a Junta das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova opta pela abstenção.

Fazemo-lo porque estas GOP's propõem investimentos que foram sugeridos pela Junta de Freguesia, das quais destacamos: requalificação do espaço público e rede viária, intervenção em alguns conjuntos habitacionais degradados, construção de parque urbano.

Com esta opção que hoje aqui assumimos, reafirmamos que, tal como o passado comprova, quando consideradas e concretizadas obras para as freguesias de Fânzeres e de S. Pedro da Cova, aqui estamos para aprová-las. Quando assim não for, também assumiremos a nossa posição contrária e nos bateremos sempre pela defesa intransigente dos interesses das nossas freguesias.

No entanto, não podemos deixar de referir que é possível ir muito mais longe na consideração de propostas vitais para o desenvolvimento destas freguesias, mesmo no contexto em que vivemos.

As características naturais, históricas e patrimoniais, a cultura, o movimento associativo, a disponibilidade cívica da nossa terra e das nossas gentes têm potencialidades enormes. Neste tempo de apelos à resignação e ao conformismo, não as podemos desperdiçar.

Gondomar, 27 de novembro de 2015.

A Junta das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NELSON NEVES (PSD) – Ouvi atentamente e fui lendo o orçamento e partilho o que já foi dito, o orçamento é-nos dado quase em cima do joelho e para termos uma leitura atenta disto não será como queremos, mas como podemos e vou-me limitar a dois, três pontos que me pareceram importantes e um deles é que, logo no início, a Câmara volta a falar de uma dívida de 11 milhões, que se encontra em processo de recurso nos tribunais e gostávamos de saber se houve ou não algum perdão a nível de juros, se a dívida foi ou não negociada, era importante que se esclarecesse em que modos esta situação se encontra. Depois viramos a página e vimos uma coisa que diz “aumentar o nível de transparência” e ouvi atentamente o que foi dito aqui pelas pessoas que me antecederam, “os outros” é coisa que não falta neste orçamento, pegamos na parte das despesas e temos “outros” para toda a gente, nós temos um “outro” que é o aumento do orçamento para nós todos Assembleia Municipal na casa dos 55 mil euros, há uma despesa a mais, ou seja, num ano gastamos a Gondomar 80 e tal mil euros e gostava de saber em quê, mas isso é das outras coisas que nós não sabemos, nós os outros, e vamos continuar nos outros, porque nós gondomarenses somos os outros e pagamos e gosto de saber para onde vai o meu dinheiro. Os outros, neste orçamento são 13 milhões de euros, a mim custa-me ter um orçamento abstrato. Continuei a ler este orçamento e o mais admirável, é quando nós, os outros, pensávamos que já não era mais possível, é dentro do subtema “outros” ainda tem “outros” com mais dinheiro. Nós da Câmara já sabemos que não levamos nada, como diz o Senhor Presidente da Câmara, mas gostaria que nos explicassem. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.

Caros Colegas Deputados,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta,

Minhas senhores e meus senhores,

Uma palavra inicial de enquadramento da altura histórica em que este Orçamento foi elaborado e aprovado pelo Executivo, que coincide com um momento em que, decorrente duma opção absolutamente discutível que levou à marcação das eleições legislativas para o último trimestre do ano de 2015, quando o decurso normal das legislaturas deveria ter determinado a realização daquelas eleições durante o mês de Junho e não 4 meses após, provocando um atraso irrenunciável na elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2016, cuja proposta do Governo deveria ter entrado no Parlamento em 15 de Outubro, mas que por força deste agendamento das legislativas provocou um atraso que, apenas permitirá que o País possa vir a ter Orçamento entre os meses de Fevereiro ou Março próximos, levando a que com isto estejámos perante uma indefinição do quadro macroeconómico global do País, agravado pela indefinição política após as eleições legislativas mas que se encontra agora ultrapassada pela posse ontem mesmo de um Novo Governo do Partido Socialista, com apoio maioritário no Parlamento.

O Orçamento de Estado é na sua essência e por natureza um instrumento financeiro mas é claramente um veículo de alterações legislativas fundamentais com repercussões profundas na vida das autarquias, na ausência deste instrumento orientador ficam os Municípios votados à incerteza e regidos pelas regras aplicáveis em 2015, continuando em vigor, por conseguinte, o verdadeiro “estrangulamento” que são os limites com despesas em recursos humanos e a manutenção da redução remuneratória que vem já do Orçamento de 2014.

Para além disto que acima referimos, e que condiciona imenso a apresentação deste Orçamento, temos a já tradicional falta de regulamentação estipulada no art.º47.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, do quadro plurianual previsto no art.º44.ºn.º1 daquela Lei, tornando-se claro que os Municípios não possuem condições para Planear e Organizar iniciativas Plurianuais com carácter vinculativo mas apenas de forma voluntária, que é aquilo que este Executivo, e bem, tenta fazer com a apresentação deste Orçamento à Assembleia Municipal, procurando até enquadrar já propostas e projectos com alcance até ao final do mandato em curso, como sejam, por exemplo, a abertura de rubricas para criar 4 parques urbanos: os do Centro Cívico de Rio Tinto, Fânzeres/Avenida da Conduta, Monte Crasto e São Cosme/Valbom ou a candidatura do Projecto de Despoluição do Rio Tinto, em que se irá construir e reabilitar o interceptor de efluentes com recurso a uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos servindo-se assim uma População de 235 mil habitantes, entre Rio Tinto e o Porto e garantindo a substituição de um emissário completamente obsoleto, implantado já na década de 80, que está num tal estado de degradação que quando o leito do rio sobe permite um contacto directo dos esgotos

por tratar com a linha de água do rio. A propósito disto, em circunstância alguma podemos deixar de sublinhar que é um investimento global de 9 milhões de €, mas em que a Câmara de Gondomar investe 800 mil €, ou seja, esta possibilidade de submissão a um programa comunitário permite resolver um enorme problema para o Concelho de Gondomar e para a freguesia de Rio Tinto, com um dispêndio financeiro claramente vantajoso para o Município em face do volume global de investimento exigível e que marca um claro contraponto com a atitude imobilista e irresponsável de outros tempos em que, mesma quando havia vontade do lado do Porto em avançar para este projecto, sempre ignoraram deliberadamente este Grande Problema Ambiental que a todos nos envergonha.

Este é um Orçamento de 78 milhões de € quando no ano passado foi de 69 milhões mas que aumenta apenas em face da previsão de fundos comunitários aproveitando-se as oportunidades de financiamento através de candidaturas aos Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020 e do Norte 2020 que terão em 2016 a sua expressão máxima com a abertura previsível de diversos avisos de candidaturas. O presente Orçamento caracteriza-se também pela abertura de um elevado número de rubricas nas Grandes Opções do Plano em consequência da vontade de querer aproveitar todas e quaisquer oportunidades de financiamento que surjam, uma vez que apenas tendo as rubricas criadas nestas Grandes Opções do Plano Gondomar se poderá candidatar às oportunidades de financiamento que surgirem.

Note-se que se existe um aumento da receita em virtude do financiamento de projectos já em carteira que o Executivo, e bem, soube negociar, não por um recurso a algum artificialismo como existia com extrapolação de receita que nunca se concretizava e que apenas

4

era mantida com recurso interminável a endividamento em excesso, ao invés, e pela primeira vez, existe a constituição de uma Reserva, uma Provisão para riscos e encargos de 1 milhão e 300 mil €, salvaguardando e precavendo eventuais condenações nos inúmeros processos que ainda estão em curso, o que denota uma prudência assinalável e para acautelar surpresas indesejáveis financeiramente.

Ainda dentro do âmbito da estabilização financeira, como forma de manter uma saudável relação com credores, fornecedores e parceiros, este será o ano em que será alcançado o maior nível de amortização de dívida, uma vez que está reservada uma rubrica de 6 milhões e 700 mil € destinada a este abatimento da dívida. Para além do cumprimento de obrigações, traduz-se numa devolução de dinheiro à economia real que permitirá também incremento na própria actividade económica.

Aqui chegados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não poderia, em circunstância alguma deixar de reconhecer e aplaudir o esforço para manutenção duma articulação importantíssima com as Juntas de Freguesia, já que, ao contrário de outros comportamentos que caracterizaram este Município durante 2 décadas, todas as obras nas Freguesias foram negociadas directamente com as Juntas totalizando em investimentos directos com empreitadas de construção ou beneficiação da rede viária e arruamentos, por exemplo, um montante total de 5 milhões e 400 mil € e o montante de transferências para estas Juntas totaliza 1 milhão e 800 mil €, perfazendo este investimento directo nas várias Freguesias, em cooperação estreita com os seus autarcas, um total de 7 milhões e 200 mil €, o que é o reconhecimento da importância e do papel das Juntas de Freguesia junto das Populações. Um exemplo a seguir e que já começa a ser dado como referência para outros Municípios, tivesse sido sempre assim...

5 *[Handwritten signature]*

No entanto, não pode este Grupo Parlamentar do Partido Socialista deixar de apelar e sensibilizar ao Executivo para a necessidade imperiosa de logo que surja a possibilidade em sede de Revisão Orçamental, se tentar a reposição do corte de 15% nos apoios e subsídios ao Movimento Associativo, pela dinâmica que o mesmo encarna, pelo papel de proximidade e de revitalização das localidades que o mesmo prossegue e, inclusive, pelo papel formativo, educativo, de suporte social, assistencial e cultural que assegura. Não deixaremos de estar atentos a esta necessidade e reivindicaremos esta reposição pela Justiça que traduz.

Uma palavra final para enaltecer a contínua aposta na Cultura, na dinamização da actividade cultural por todo o Concelho, pelo aproveitamento e reabilitação de infra-estruturas destinadas à organização de eventos culturais e científicos, algo que hoje todos notamos e que vai sendo elogiado pelos parceiros e agentes culturais do Concelho; bem como, o reconhecimento da excelente articulação que começa a existir entre a Concessionária da Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana assim como com as próprias Águas de Gondomar e o Executivo, fruto duma vigilância e duma atenção que marca uma ruptura absoluta com um passado de laxismo, felizmente, cada vez mais distante. É preciso é, no entanto, manter em 2016 a monitorização do cumprimento dos Contratos de Concessão e no tocante à concessão da rede de saneamento avançar definitivamente para a última fase de construção da rede de saneamento básico no Concelho, como está contratualizado.

Por tudo o que aqui enunciamos, este Grupo Parlamentar só podia votar favoravelmente este Orçamento e Plano para 2016.

O LO GRUPO PARLAMENTAR DO Partido Socialista

Muito obrigado!!

*Francisco Aguiar
Fernando Reis
José Pinto da Costa
[Handwritten signatures]*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- CARLOS COSTA (PS) – O Senhor Deputado Valpaços, chegou aqui, enunciou da seguinte forma “penso que todos concordarão” e depois de uma série de argumentos diz “talvez por falta de informação atempada”, isto por culpa própria, porque é evidente os documentos existem e é uma forma de os ler, só com o sentido de leitura informativa, por isso Senhor Deputado, queria dizer o seguinte, eu pessoalmente não concordo, disse que todos concordarão mas eu não concordo e penso que a maioria não concorda. Uma outra questão, “os outros” do tempo dos independentes do PSD ultrapassavam o dobro dos “outros” atuais, portanto estamos a melhorar. -----

----- NELSON NEVES (PSD) – Só quero agradecer pelos outros me terem chamado a atenção, que isto virou. Agora quando falo de “outros”, falo dos outros que beneficiam do dinheiro que gastam para a Câmara, que são os munícipes, “os outros” somos todos nós, porque representamos não são só os que estão aqui, mas também os que estão lá fora. -----

----- VEREADOR CARLOS BRÁS – Só umas breves notas e por dúvidas colocadas aqui pelo Deputado do PSD. Senhor Deputado, o orçamento foi aprovado na Câmara Municipal no dia vinte e oito do dez, fará amanhã um mês, o Senhor Deputado pertence a uma bancada que tem três representantes na Câmara Municipal, se recebeu o orçamento em cima do joelho, tem a quem se queixar. Relativamente à dívida dos 11 milhões, houve algumas conversações com dois Secretários de Estado, conduzidas pelo Senhor Presidente da Câmara, por mim próprio e pelo Senhor Vice-Presidente, que resultou um pequeno perdão de dívida de juros, mas como não estava esclarecido qual era o período abrangido, pediu-se uma aclaração relativa a essa. É que nós também não sabemos qual o montante perdoado, de qualquer forma a dívida continua em litígio, está em recurso e vamos ver o que é que vai dar. Em relação à transparência penso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

estamos conversados, o índice de transparência municipal tem falado por nós e Gondomar tem vindo a subir, penso que isso será a melhor resposta para as questões que o Senhor Deputado aqui suscitou. Para esclarecer, “os outros”, estão classificadas verbas que não tem outra classificação possível, que não existe no POCAL tipificado, vou dar dois exemplos: as transferências para a Lipor que rondam 2 milhões de euros estão em outros, a iluminação pública que são cerca de 2,8 milhões estão em outros, é fácil ver que nada está camuflado, simplesmente o POCAL não tem classificador para tudo. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 12 votos contra (6 PSD + 5 CDU +1 BE) e 4 abstenções (1 PSD + 1 CDU + 2 CDS-PP). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU foi apresentada declaração de voto. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

É difícil fazer uma boa análise do orçamento municipal e grandes opções de plano para o ano de 2016 tendo tido acesso aos documentos com tão pouco tempo.

A alteração de certas rubricas e a falta de dados de comparação dificulta a apreciação em termos comparativos com anos anteriores.

Neste orçamento e nestas GOPS não vislumbramos quaisquer projectos ou estratégia de futuro para o concelho que permita o seu desenvolvimento.

Apesar de surgir aqui e ali uma ou outra medida para o aproveitamento dos recursos naturais e paisagísticos do concelho, para potenciar o seu desenvolvimento turístico e a criação de postos de trabalho, entendemos que é manifestamente pouco.

O Executivo camarário uma vez mais limita-se a garantir uma incipiente gestão dos assuntos correntes, sem rasgo nem ambição.

Este orçamento até poderá ficar conhecido como o orçamento dos "arruamentos". O grosso das GOPs é isso que representa. E o papel de uma CM não é o mesmo do papel de uma junta de freguesia.

Mais, a receita municipal é praticamente suportada quer por via das transferências do Estado quer por via de impostos directos e a aquisição de bens e serviços já supera as despesas com o pessoal comparado com anos anteriores.

Tal como no orçamento do ano de 2015 a despesa em publicidade, ou propaganda (quase 500 mil euros) mantém-se, o que se traduz assim num dos maiores "projetos" municipais.

Mais aspectos negativos assinaláveis: o turismo e desenvolvimento económico com uma única verba atribuída para a criação de empresas (126 mil euros); a protecção do meio ambiente é suportada quase exclusivamente pela recolha de resíduos sólidos e higiene urbana.

Registam-se, também, alguns aspectos positivos, como o regresso da mostra de Artesanato de Gondomar, medidas de apoio a mobilidade e investimentos consideráveis ao nível da promoção do desporto.

Face ao exposto, pesando os prós e os contras este orçamento municipal e GOPs na generalidade não podem merecer o nosso acordo pelo que votamos **contra** a proposta.

Gondomar, 27 de Novembro de 2015

Pelo Grupo Municipal da CDU,
António Valpaços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **f) Transportes Escolares – Adenda ao contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas;** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Houve a necessidade de acrescentar mais alunos ao que estava protocolado e dar nota que esta colaboração tem sido positiva e no princípio da proximidade, achamos que toda a gente fica a ganhar, o município, a freguesia, mas acima de tudo, as crianças. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **g) Prestação de serviços de Revisão Oficial de Contas;** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Houve já, fruto daquilo que a lei implica, da redução remuneratória e a verdade é que não houve nenhuma empresa que aquele preço estivesse disponível para prestar o serviço para além do próprio, que depois de ter dito que não, numa segunda fase acabou por aceitar a redução. A verdade é que a legislação é tão rigorosa que em tudo o que diz respeito a prestação de serviços tem de haver redução remuneratória, de ano para ano e depois chegamos ao cúmulo de ter valores tão baixos que ninguém quer fazer o serviço aquele preço. Havia vontade de mudar de revisor de contas, mas àquele preço ninguém está disponível. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 1 abstenção (BE). -----

----- **h) Abertura de procedimentos concursais para cargos dirigentes (Chefes de Divisão);** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Tem a ver com procedimentos que já cá vieram e agora à medida que os cargos ficam vagos vão sendo designados colaboradores em regime de substituição, há um prazo para abrir procedimento concursal através de um concurso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

público, isto é para dar seguimento à lei e que mesmo assim ainda temos alguns lugares vagos, porque ainda não houve a necessidade de os ocupar e conseqüentemente poupar na despesa. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 6 abstenções (PSD). -----

----- i) **Terrenos – Retificação das áreas das parcelas de terreno, sitas na Rua Poeta Ary dos Santos e na Rua Poeta Adriano Correia de Oliveira, em Fânzeres, da Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova.** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **3. Proposta de Recomendação referente ao Parque Urbano de Rio Tinto – Apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.** -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Esta proposta, é na sequência de outra proposta que tínhamos feito a nível da vereação na Câmara, mas uma vez que nada está decidido entendemos dar conhecimento aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal da decisão que este executivo tomou e que entendemos ser um erro e um processo nada bem explicado e pretendemos também fazer um conjunto de três recomendações. Isto tem a ver com a Quinta da Boavista, ou Quinta de S. Cristóvão, em Rio Tinto e o que foi depois com a alteração do PDM, que houve em junho de dois mil e quinze. Em noventa e sete o proprietário desse terreno, chamado Licínio, fez um contrato de doação com a Câmara Municipal que foi quando a Câmara decidiu entubar o rio e a Câmara nesse contrato comprometia-se a dar capacidade construtiva se o proprietário doasse terreno para o entubamento do rio e se a Câmara até ao final desse ano de noventa e sete não conseguisse dar capacidade construtiva e não conseguiu, porque o PDM só foi revisto em dois mil e quinze, indemnizaria o proprietário. Em dois mil e seis a empresa Lar Douro, comprou a Quinta da Boavista ao Senhor Licínio e no início de dois mil e sete o IGAT



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

considerou que este contrato de mil novecentos e noventa e sete era nulo e a Câmara nessa sequência revogou essa deliberação e depois houve a intenção de iniciar o processo de expropriação da faixa de terreno ocupado para entubar o rio. Na proposta de revisão do PDM, que a Câmara apresentou, na planta de ordenamento de classificação do solo, todos podemos ver que na sua globalidade todos esses terrenos estavam classificados como espaços verdes e o que acontece é que na versão final que a Câmara apresenta do PDM há um malabarismo em tudo aquilo que apresentou na revisão do PDM, ou seja, a Câmara Municipal dá capacidade construtiva à maior parte da Quinta da Boavista, quando no PDM estava previsto que eram espaços verdes e ainda vai comprar a tal faixa de terreno e dar capacidade construtiva ao resto da Quinta da Boavista. O que é que concluímos, o proprietário da Quinta da Boavista consegue coisas extraordinárias, consegue que o seu terreno que estava como zona verde, pode construir, já tem uma estrada, acessos feitos e ainda vai ter um mini parque urbano que é o que o Partido Socialista pretende para aquela zona. Ouvir a Senhora Deputada Joana Resende dizer aqui que a revisão do PDM foi responsável, transparente e de participação cívica, neste caso em concreto é só estar atento aos factos. A Câmara ainda vai a tempo de voltar atrás com esta decisão e faço aqui um apelo aos Deputados Municipais, porque o papel da Assembleia Municipal é ser um órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal e não há mal nenhum em a Câmara reconhecer que errou e que tem de fazer as coisas de uma forma diferente. A nossa sugestão é no sentido de que esta Assembleia Municipal possa recomendar à Câmara que revogue a decisão de comprar aquelas duas parcelas de terreno por 825 mil euros, que possa revogar a deliberação do PDM em tudo o que diz respeito a tudo o que venha referido como Quinta da Boavista ou do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Cristóvão e possa cumprir aquilo que foi algo em que a CDU e o PS sempre estiveram juntos, que é fazer um parque urbano que sirva a população de Rio Tinto. -----

----- JOANA RESENDE (PS) - Uma nota em resposta ao Senhor Deputado Valpaços, já que me interpelou diretamente, queria falar da questão da transparência, como sabe houve várias sessões de esclarecimento inclusive houve uma sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de Rio Tinto antes da aprovação do PDM, sobre esta questão. Por outro lado, queria dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista em defesa do Plano Diretor Municipal e em coerência com aquilo que votou na Assembleia Municipal no dia vinte e nove de junho, vai votar contra a proposta de recomendação da CDU. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Só apenas dizer que o assunto já foi amplamente discutido e dizer que mesmo que em teoria esta proposta não fosse aqui aprovada, ela não produziria qualquer efeito porque a da Câmara já se pronunciou e dizer que lamento isto e que agora que estamos a um passo de corrigir um erro do passado em Rio Tinto, para criar o que sempre foi o desejo da população e da Junta de Freguesia. -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Senhor Presidente é com muito espanto que registo que não responde a qualquer das questões que lhe coloquei aqui. Acho que ninguém me ouviu aqui dizer que não defendemos um parque urbano em Rio Tinto, o que está em causa é que colocamos um conjunto de dados e factos e que a Câmara Municipal simplesmente não responde, o contrato é nulo, como é que podem alterar o PDM com algo que é nulo e na altura da reunião de esclarecimento o que foi dito é que tudo eram espaços verdes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Ponto de ordem à mesa. Chamo a atenção à mesa e um protesto. Quando se vem fazer aqui uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara é uma pergunta, não é uma segunda intervenção. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – O facto de juridicamente ser discutível se o contrato é válido ou não, não altera a propriedade do terreno e a verdade é que a Câmara ocupou sem pagar por isso vários milhares de metros quadrados e a verdade é que o executivo anterior para corrigir isso, na dúvida da nulidade do contrato, o que fez foi criar um plano pormenor para o Centro Cívico de Rio Tinto que previa três coisas: uma, foi a permuta de terreno, sendo que o terreno da antiga feira passaria para domínio do privado; segundo, a construção de quatro torres de doze andares nesse terreno e com possível construção de ambas as faixas e terceiro permitir uma cêrcea de nove andares no terreno do talude. Neste momento não há permuta, a Câmara não perde qualquer terreno do seu património, há um parque urbano em dois terços do terreno e a cêrcea dominante é de nove para quatro pisos. -----

----- VOTAÇÃO: Rejeitada por maioria, com 29 votos contra (PS + PSD), 3 abstenções (1 CDS-PP + 2 PSD) e 6 votos a favor (CDU). -----

----- **4. Informação do Presidente da Câmara – Alineas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro e outubro de 2015).** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **C – Período de Depois da Ordem do Dia.** -----

----- Interveio o Senhor munícipe Paulo Silva, de Rio Tinto, sobre a classificação do terreno da Quinta da Boavista, em Rio Tinto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a questão já foi esclarecida no período da ordem do dia. -----

----- A Mesa não deu a palavra a um membro do público, Senhor Carlos Magalhães, por ser morador em Valongo e não no município de Gondomar. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por *unanimidade* a minuta da ata. ----

----- A sessão foi encerrada às onze horas, do dia 29 de novembro de dois mil e quinze.-----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A ASSISTENTE TÉCNICA,